

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Samuel Dias Fonseca Teixeira

GESTÃO CONTÁBIL PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Belo Horizonte

2020

Samuel Dias Fonseca Teixeira

GESTÃO CONTÁBIL PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Graduação em Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Msc Roanjali Aux. G. Salviano Araújo

Belo Horizonte

2020

Samuel Dias Fonseca Teixeira

GESTÃO CONTÁBIL PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Roanjali Aux. G. Salviano Araújo

Profa. Roanjali Aux. G. Salviano Araújo - Orientadora

Prof. Antônio Barroso Paixão Filho - Banca Examinadora

Banca Examinadora

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2020.

RESUMO

Com este estudo pode-se perceber que as entidades do terceiro setor são constituídas por empresas privadas sem fins lucrativos com o propósito de reduzir os problemas sociais enfrentados pela sociedade. Apesar de estarem voltadas mais para o lado social, essas entidades apresentam obrigações que são regulamentadas por Normas Jurídicas e através da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), assim a contabilidade é peça fundamental para o controle e para a divulgação das informações ao usuário. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da contabilidade na gestão aplicada às demonstrações contábeis e gerenciais das associações de proteções veiculares e de que forma a gestão contábil pode contribuir para a prestação de contas de uma associação privada sem fins lucrativos. A pesquisa apresenta as seguintes classificações metodológicas: quanto aos objetivos é explicativa e descritiva, quanto à abordagem do problema é qualitativa e quanto aos procedimentos é bibliográfica e documental. Constatou-se que a contabilidade permite facilitar a informação e a tomada de decisão por parte dos usuários, pelo fato de possuir ferramentas como os indicadores econômicos e financeiros que podem auxiliar na análise das informações contábeis. Portanto, este estudo permitiu identificar as características e os demais aspectos do terceiro setor, especialmente das associações de proteções veiculares, que com uma boa gestão contábil, pode permitir uma visão preventiva, para evitar problemas futuros, auxiliar o processo de tomada de decisões e proporcionar as prestações de contas verdadeiras aos seus associados.

Palavras-chave: Terceiro setor. Associação privada sem fins lucrativos. Contabilidade. Prestações de Contas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	Formulação do problema.....	5
1.2	Metodologia de pesquisa.....	7
1.3	Estrutura do trabalho	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Contabilidade	10
2.2	Contador.....	11
2.3	Controladoria	13
2.4	Gestão de processos	14
2.5	Gerenciamento de recursos empresariais	15
2.6	Prestação de contas.....	16
2.7	Entidades do terceiro setor	17
2.8	Associações de proteção veicular	18
2.9	Planejamento	19
2.10	Tomada de decisão	20
2.11	Títulos, certificados e qualificações	22
3	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	26
3.1	Sobre a Empresa	26
4	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	27
4.1	Cumprimentos das regulamentações previstas na interpretação técnica geral (ITG) 2002:	30
4.2	Relação da gestão administrativa com as demonstrações contábeis financeiras	32
4.3	Imunidades e isenções tributárias do terceiro setor.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

1.1 Formulação do problema

O Terceiro Setor é um termo sociológico utilizado para determinar as organizações de iniciativa privada que não visam o lucro. A primeira entidade do terceiro setor do Brasil iniciou no século XVI, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1543, responsável por prestar apoio assistencial e hospitalar, posteriormente a isso surgiram diversas outras instituições e associações que forneciam assistência social durante o período da colonização portuguesa, todas ligadas a Igreja Católica, responsável pela caridade e filantropia da época (BHBIT 2018).

Segundo Salamon & Anheier (1997), existem cinco características que diferenciam as organizações do terceiro setor das demais instituições: Formalmente constituídas, estruturas básicas não governamental, gestão própria, sem fins lucrativos e uso significativo de mão de obra voluntária.

A falta ou o atraso das informações para a contabilidade dificulta e compromete a veracidade das demonstrações, acarretando em multas fiscais e tomadas de decisões tardias. Neste sentido, questiona-se:

- Quais as informações necessárias para a elaboração das demonstrações contábeis e financeiras para a tomada de decisões?

De acordo com a Assessoria de Comunicação CIAAT, quanto ao terceiro setor, este consiste em um amplo e diversificado conjunto de instituições como fundações, associações, ONGs e outras, que são iniciativas privadas, porém sem fins lucrativos, que atuam em prol do bem comum.

O objetivo desse trabalho foi elucidar a gestão das informações pertinentes às entidades do terceiro setor com foco nas Associações de Proteção Veicular, que no qual todos os associados buscam um objetivo comum entre si. Através do rateio de custo dividem o valor do imprevisto ocorrido com o veículo, como, colisões, roubos, furtos ou outros, portanto o objetivo geral é demonstrar a importância da contabilidade na gestão aplicada às demonstrações contábeis e gerenciais das associações. Neste sentido, os objetivos específicos definidos para esta pesquisa são:

Primeiro objetivo específico – O cumprimento das regulamentações previstas na Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, com esse primeiro objetivo específico, o intuito foi avaliar a ITG 2002 e verificar se a entidade em questão cumpre as normas que regulamentam a contabilidade do terceiro setor.

Segundo objetivo específico – Relação da Gestão administrativa com as demonstrações contábeis e financeiras relatar a importância e a relação das demonstrações para a gestão administrativa.

Terceiro objetivo específico – Imunidades e isenções tributárias do terceiro setor, identificar quais são os tributos incidentes para as entidades do terceiro setor.

Com o aumento exacerbado do valor dos seguros veiculares e praticamente a constituição de um monopólio de grandes seguradoras, surge no mercado às associações de proteção veicular, com a opção de oferecer a oportunidade para as pessoas de baixa renda a terem o pouco dos seus bens resguardados, portanto, abrisse um leque para que o profissional contábil atue diretamente intermediando o gerador das informações a seus associados.

Conforme a revista AAAPV (Agência de Autorregulamentação das Associações de Proteção Veicular e Patrimonial) que e não só a proteção veicular, mas as demais entidades do terceiro setor possuem papéis fundamentais na promoção social, assim, o presente trabalho teve como justificativa entender o que são as entidades do terceiro setor e qual o seu papel social perante a sociedade. Salientamos que é importante que o profissional contábil atue de forma preventiva junto a essas organizações para que as informações sejam corretamente geradas e entregues a contabilidade para que essa em tempo hábil possa gerar para a sociedade os demonstrativos contábeis que atendam os requisitos da ITG – 2002 (R1) e sejam capazes de auxiliar o gestor na tomada de decisões.

Esta pesquisa é relevante por retratar informações necessárias para as entidades do terceiro setor, especialmente as Associações de Proteções Veiculares, que representam uma atividade que surgiu recentemente e tem tomado proporções significativas. As oportunidades que foram geradas através do estudo são os cuidados que as entidades devem tomar para obedecer a interpretação técnica que regulamenta e que torna obrigatória a geração das informações contábeis e para essa atividade e a satisfação dos seus associados perante as informações geradas, as decisões corretas a serem tomadas diante da gestão contábil.

1.2 Metodologia de pesquisa

O método científico é um dispositivo ordenado, um conjunto de procedimentos sistemáticos que o pesquisador emprega para obter o conhecimento adequado do problema que se propõe resolver.

O desenvolvimento do método científico se faz pelos processos ou técnicas da observação, hipótese, demonstração (experimental ou racional), indução da lei ou teoria. Além disso, e simultaneamente com os processos referidos, o pesquisador sempre usará as técnicas de análise, da síntese e da dedução. O método científico é, pois, um meio imprescindível com o qual o espírito científico do pesquisador, com ordem e rigor, procura penetrar no sentido dos fatos e fenômenos que pretende conhecer.

A metodologia consiste na definição e, posteriormente, aplicação de métodos e procedimentos científicos com a finalidade de orientar o pesquisador quanto ao planejamento e à execução da pesquisa. Tem como objetivo analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização (THIOLLENT, 1998).

O método científico utilizado para esta pesquisa foi o hipotético dedutivo, pois há um processo de análise de informação que nos levará a uma conclusão no final da pesquisa, essa análise será feita mediante hipóteses e questionários diante da experiência exposta pelo profissional entrevistado.

A pesquisa sobre a gestão contábil para as entidades do terceiro setor de acordo com os objetivos é uma pesquisa explicativa, porque identificou as causas dos fenômenos estudados, além de registrar e analisá-los. Isso se dá tanto por meio da aplicação de métodos experimental/matemático, como pela interpretação dos métodos qualitativos.

Segundo Gil (2007) este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para as ocorrências dos fenômenos.

Ainda, a pesquisa explicativa segundo Gil (2007, p. 43), “pode ser a continuação da pesquisa descritiva”, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado. A complexidade deste tipo de pesquisa advém exatamente do fato de seu

objetivo não ser apenas registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, mas identificar suas causas.

A pesquisa contou com contadores que vivenciam diariamente o tema abordado, no qual prestam serviços para as entidades do terceiro setor e reconhecem a importância dessas informações, associando sempre a uma boa gestão contábil.

De acordo com Vergara (2007), os tipos de pesquisa podem ser definidos por dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos meios de investigação, uma pesquisa pode ser: estudo de caso, levantamento, bibliográfica, experimental, documental e participante. Neste sentido esta pesquisa quanto aos procedimentos é bibliográfica e documental. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

O universo, ou população, é o conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto do estudo, e a amostra, ou população amostral, é uma parte do universo escolhido selecionada a partir de um critério de representatividade (VERGARA, 1997). Enquanto ao universo da amostra será adotado o meio por amostragem não probabilística, onde a seleção de amostra não utiliza técnicas estatísticas.

Quanto à seleção de sujeitos, entende-se, de acordo com Machado (2007), que é de grande importância, para o desenvolvimento do projeto e do estudo de caso, reconhecer o público ao qual você buscará suporte e esclarecimentos quanto aos dados colhidos, pois tomar conhecimento prévio desta situação auxilia na preparação e melhor andamento da pesquisa.

A pesquisa contou com contadores e analistas contábeis que vivenciam diariamente o tema abordado, capacitados com um Know-hall diferenciado no mercado.

Para Machado (2007), as coletas de dados conferem ao pesquisador um importante recurso para obter informações sobre o contexto e/ou objeto de estudo, para posterior apresentação e análise dos resultados. O processo de coleta de dados foi através de documentos ou de fontes primárias, no qual analisamos e

verificamos a pesquisa através de documentos mensais destinados para a contabilização do escritório Fonseca Serviços Contábeis.

É imprescindível que a coleta de dados seja realizada com critério e seriedade, pois, caso contrário, as conclusões equivocadas podem comprometer todo o trabalho. Para Machado (2007) as técnicas de análise de dados consistem em:

As técnicas de análise de dados permitem, ao pesquisador, executar a apresentação e análise dos dados levantados e coletados de maneira clara, objetiva e estruturada, conferindo ao leitor cientificidade e comprovação destes (MACHADO, 2007).

Analisar os dados durante uma pesquisa permite que o pesquisador elabore uma série de pontuações e dúvidas pertinentes ao tema, a fim de solucionar a problemática e os objetivos proposto na pesquisa. A limitação do método durante a elaboração da pesquisa foi o tempo escasso para a busca de informações necessárias, por parte do entrevistado, visto o que assunto é complexo e leva um tempo significativo dele.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta pesquisa foi dividida em 5 capítulos. O primeiro capítulo tratou da introdução do trabalho, a contextualização do problema, foram evidenciados os objetivos, justificativas da pesquisa e a metodologia.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, tem como base os conteúdos investigados por outros autores inerentes a temática proposta, contempla os assuntos relevantes para a compreensão da pesquisa.

O terceiro capítulo apresentou as informações sobre a empresa, abordando aspectos gerais, história, missão, valores e visão da instituição pesquisada.

O quarto capítulo apresenta o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, a parte prática na qual são desenvolvidos os objetivos da pesquisa.

O quinto capítulo evidencia as considerações finais da pesquisa, os resultados alcançados e as sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diversos são os embasamentos que tratam a respeito das entidades do Terceiro Setor e os seus vínculos que fazem parte das definições de termos do trabalho. Destaca-se aqui, os principais aspectos de cada pesquisa e suas contribuições para a temática em estudo.

2.1 Contabilidade

Várias são as formas utilizadas para os professores e escritores para conceituar ou explicar a importância da contabilidade, ressaltando seu objetivo e finalidade.

Sobre o objetivo da contabilidade, Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que “O principal objetivo da divulgação de informações financeiras é apoiar os acionistas e outros indivíduos na tomada de decisões financeiras, ajudando-os a prever os fluxos de caixa da empresa.”

O principal objetivo da contabilidade é sintetizar o passado da empresa, para que os sócios possam planejar o futuro, a fim de identificar se a decisão a ser tomada será viável ou prejudicial para a empresa.

Seguindo na linha da importância da contabilidade, Marion (2011, p.16) relata que:

“A contabilidade é importante no processo de tomada de decisão porque coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, os registrando e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados.”

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Para Oliveira (2009, p.17), a contabilidade segue a mesma importância, sempre resultando nas tomadas de decisões:

“A contabilidade é uma ciência que auxilia as entidades em diversas áreas e trata-se de uma ferramenta importante para as organizações, à área contábil, auxilia e interfere em diversas tomadas de decisões importantes para as empresas. Na contabilidade é onde tudo o que ocorre na empresa fica registrado, sendo assim quando a empresa está com problemas econômicos é a ela que recorre para saber o que está acontecendo.”

Portanto, a contabilidade registra as informações financeiras da empresa, sendo uma ferramenta essencial para a tomada de decisões.

A contabilidade tem de acompanhar a dinâmica do mercado de forma a poder representar adequadamente as mudanças que ocorrem na sociedade, e por consequência, nas operações entre as empresas, a contabilidade tem buscado sua adequação conforme a necessidades dos seus usuários enquanto ao seu principal objetivo, que é permitir a tomada de decisão.

Sobre o objetivo da contabilidade, Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que:

“O principal objetivo da divulgação de informações financeiras é apoiar os acionistas e outros indivíduos na tomada de decisões financeiras, ajudando-os a prever os fluxos de caixa da empresa.”

2.2 Contador

A área de atuação do profissional contábil nas organizações é bastante ampla, já que é através da informação contábil que a empresa, poderá realizar o planejamento tributário a partir da avaliação da atividade fim da organização, dos tributos incidentes sobre as operações da entidade e da análise das demonstrações contábeis, permitindo avaliar a evolução do ativo e do passivo, das receitas, despesas e custos, a lucratividade e a rentabilidade.

Neste sentido, segundo Marion (2009, p.29):

“A Contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional.” Assim, o contador pode optar se especializar em vários ramos, como mostra a Resolução CFC n.º 560, de 28 de outubro de 1983:

“Art. 2º - O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT,

de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de Conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função (CFC, 1983)”

Levando como base a citação do referido autor, podemos considerar que a contabilidade proporciona diversos ramos de atuação profissional, sendo o contador responsável por escolher qual caminho seguir.

Segundo Santos (2008, p. 9), o mundo do contador:

“[...] nos últimos anos, principalmente depois do fim da era de alta inflação, a partir da metade dos anos 1990, passou por um período de grandes mudanças e adaptações. As empresas que foram mais ágeis em ajustar seu foco para o seu negócio principal, seu core business, e não mais gerenciar os ganhos e as receitas inflacionárias, obteve maior índice de sucesso. E, nesse momento, o profissional contábil tem participação primordial ao prestar orientações tributária, societária e financeira. [...]O contador, cada vez mais, é a bússola da empresa.”

Atualmente, o perfil do profissional contábil está mais voltado para a estratégia e para o mundo dos negócios. Isso se deve, às alterações no cenário mundial, com a globalização, os avanços tecnológicos e o aquecimento da economia, as empresas estão mais cautelosas e buscam contadores capazes que auxiliem a tomada de decisões.

Neste contexto, Santos (2008, p. 10), afirma que:

“[...] o contador não deve perder da mente que a contabilidade não é para ele, é para o usuário. A contabilidade é a linguagem dos negócios e essa linguagem conta a história de cada empresa. Aperfeiçoar essa linguagem buscando aumentar seu poder de predição e de utilidade para o usuário é talvez a principal missão do contador. [...]”

O referido autor menciona que o serviço de contabilidade não é para o contador e sim para um usuário que aderiu o serviço, o aperfeiçoamento de aprendizado para o contador faz com que ele se sobressaia e tenha mais poder de predição e de utilidade para o usuário.

2.3 Controladoria

Conforme Ariane Pereira Gonçalves A metodologia da controladoria é baseada no processo de controle, através de padrões de qualidade previamente estabelecidos, focado no planejamento e orçamento traçados pela organização. Porém todos os membros da organização devem estar envolvidos, desde os níveis mais altos até os operacionais. Desta forma, a controladoria presta contribuições importantes ao progresso organizacional, possibilitando o equilíbrio da organização diante das dificuldades existentes no seu ambiente operacional.

As funções da controladoria têm por objetivo orientar o campo de atuação de determinada área do conhecimento, São como a ação própria ou natural de um órgão, aparelho ou máquina. Como explica Horváth (2006, p.39)

“Para conhecer o estado e o desenvolvimento da controladoria, na prática é necessário estudar quatro instrumentos básicos, que são: (i) órgãos de representação “oficiais” e/ou associações, (ii) relatórios sobre estudos empíricos e específicos de atividades, relacionados à organização e desenvolvimento, (iii) publicações sobre soluções “típicas” ou “dignas de imitação” oriundas da práxis e (iv) manuais e/ou obras de referência,.”

O papel da Controladoria está em organizar e controlar a gestão econômica e administrativa. Tudo isso com o objetivo de alcançar suas metas e melhorar os resultados. Para isso, utiliza de conhecimentos científicos da área contábil e administrativa, ao mesmo tempo em que trabalha ao lado dos gestores de todas as áreas na coleta de dados e informações para execução do planejamento orçamentário.

A respeito da controladoria, NAKAGAWA (1993) menciona que :

“A Controladoria é identificada como a área da organização responsável pela agregação e disponibilização das informações necessárias ao processo decisório.”

Os sócios e administradores buscam através da controladoria soluções a serem tomadas, para que não encontrem desavenças no caminho escolhido.

Neste sentido, Catelli (1999, p. 69) ressalta que para o correto entendimento da Controladoria necessário se faz cindi-la em dois vértices:

“Controladoria como ramo do conhecimento e a Controladoria como unidade administrativa. Em linhas gerais, a Controladoria como ramo

do conhecimento é responsável pelo estabelecimento das bases teóricas e conceituais necessárias para a modelagem, construção e manutenção do Sistema de Informações Contábeis Gerenciais. A Controladoria como unidade administrativa é responsável pela coordenação e disseminação desse conhecimento e também atuar como órgão aglutinador e direcionador de esforços dos gestores a fim de acompanhar e conduzir a organização aos objetivos determinados”

2.4 Gestão de processos

Gestão de processos é um conjunto de práticas que têm o objetivo de buscar o aperfeiçoamento contínuo dos processos organizacionais de uma empresa ou instituição, buscando sempre a sua melhoria.

"Ter dados e conhecê-los é cultura. Saber processá-los, transformando-os em informação é uma questão de sobrevivência. Saber usar a informação é a arte do poder". Philip Kotler (28)

Neste sentido, Gonçalves, (2000) afirma que “A definição de processo pela descrição da transformação de inputs em outputs de valor não é suficiente para especificar o assunto que interessa.”

As definições de inputs e outputs significam entradas e saídas, segundo o referido autor somente a transformação de entrada em saída não é o suficiente para obter uma gestão do processo, e sim o estudo teórico e específico dos dados a serem trabalhados.

Seguindo o mesmo caminho, a gestão de processos é primordial para oferecer agilidade na entrega do produto e serviço, ordenando as rotinas através de fluxogramas, a fim de obter a satisfação do cliente, portanto conforme Sérgio Wunderlich 2015 p.15, a gestão tem como principal objetivo:

“Gerenciamento de Processos de Negócio - BPM (Business Process Management) em nível corporativo é uma forma dos líderes de uma organização, consciente e colaborativamente, aprimorarem e gerenciarem o fluxo de trabalho melhorando a entrega de produtos, serviços e informações aos clientes (servidores e cidadãos).”

Pode-se dizer que dentro de uma hierarquia horizontal, as preferências pessoais não apresentarão êxito frente às necessidades da empresa, pois o controle passa a ser participativo, onde todos interagem a partir de um objetivo geral. De acordo com Mintzberg (1995):

“Há duas formas de gestão, sendo a estrutura vertical onde a delegação de poder vem do alto comando até os gerentes e cabe a eles transmitir informações. Enquanto na estrutura horizontal, é necessário que a informação esteja disponível nos principais estágios dos processos.

2.5 Gerenciamento de recursos empresariais

O gerenciamento de recursos empresariais é o que aponta para os gestores uma estratégia a ser traçada, como por exemplo, a necessidade de comprar novos insumos, produtos ou matérias-primas, além da contratação de novos colaboradores, investimentos em marketing, novos canais de vendas e outros méritos.

De acordo com Dino (2017, p.11) os sistemas de gerenciamentos de recursos auxiliam nas rotinas empresariais e são denominados como ERP:

“A função primária de um sistema ERP é criar a obtenção de maneira mais fácil e rápida as informações dos processos e organizá-los em níveis diferentes para interligar atividades das várias áreas da organização. Um ERP bem estruturado ajudará a organização colocar seus processos no padrão e de forma automática, isso melhorará o desempenho dos negócios e tornará as operações mais eficientes. Além otimizar recursos como dinheiro e tempo, uma abordagem integrada para gerenciar processos de negócios garante que todos estejam trabalhando com as mesmas informações e observando os mesmos gráficos.”

Diversos são os sistemas em ERP, existem vários softwares com diferentes layouts, a aquisição desse sistema é fundamental para a organização da empresa, ele auxiliará os processos internos.

Para (Robson 2017) a otimização do sistema ERP tem os seguintes objetivos “(A implantação de um sistema de planejamento de recursos empresariais permite a eliminação de processos repetitivos e reduz, em larga escala, a necessidade de inserir informações manualmente).”

O custo de um funcionário é relativamente alto, ter um sistema para auxiliar ao não trabalho repetitivo é fundamental para a economia da empresa, visando sempre a otimização dos processos e rotinas internas.

Partindo do princípio da importância e explicando de forma mais clara e objetiva sobre os sistemas de gerenciamento de recursos empresariais, Fagundes (2016, p24) menciona que:

“O ERP é um sistema de informação para a gestão integrada de processos que cobre todos ou parte dos negócios de uma organização e suas interações com a cadeia de fornecedores, clientes e governo. O ERP integra as informações entre os processos de negócios de forma automática e em tempo real, permitindo a melhor gestão, melhoria de processos, maior produtividade e redução de custos. Por integrar as melhores práticas de negócios do mercado, os ERP produzem transformações positivas nos negócios das empresas. Permite que as empresas resolvam rapidamente problemas de conformidade com assuntos regulatórios e fiscais, garantindo a conformidade através de atualização no software quando houver mudanças na legislação.”

2.6 Prestação de contas

A prestação de contas é um balanço financeiro de uma empresa, associação ou instituição pública. Ele pode ser mensal ou anual. Neste balanço são apresentadas todas as transações financeiras realizadas durante certo período compreendido.

Leonardo Lúcio de Menezes (2015) (Coordenador da CMATI) explicou o papel da prestação de contas para as entidades sem fins lucrativos:

“Uma prestação de contas é o resultado de como o recurso foi aplicado, pois se o dinheiro foi utilizado respeitando-se o que está escrito no Termo do Convênio e na Legislação, com certeza os responsáveis não terão dificuldades em terem suas contas aprovadas pelo Ministério Público. Fazer prestação de contas é provar com documentos onde foi gasto o dinheiro do Convênio. Por isso, é muito importante ficar atento desde o recebimento dos recursos até o momento em que a prestação de contas seja entregue e aprovada.”

Para as entidades do terceiro setor, a prestação de contas aos seus associados é fundamental para eles entenderem qual a destinação dos recursos no determinado mês, ao deixar as informações mais claras e verídicas pode fazer com que a associação faça a captação de mais associados, o que transmite transparência e lealdade.

Além disso, Fulgêncio (2007, p. 153) define que prestação de contas é:

“Obrigação decorrente de disposições legais que consiste na apresentação, por pessoas responsáveis pela gestão de recursos públicos, de documentos e demonstrativos que expressem a situação financeira e patrimonial, bem como os resultados das operações realizadas sob sua responsabilidade.”

Segundo o referido autor a prestação de contas nada mais é do que gerar relatórios e demonstrativos que expressam a situação financeira e patrimonial, bem como os resultados das operações realizadas sob sua responsabilidade.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2003, p.78) a prestação de contas representa:

“Um conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.”

2.7 Entidades do terceiro setor

O Terceiro Setor é caracterizado por um conjunto de entidades de direito privado sem fins lucrativos, com propósitos específicos de proporcionar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que de algum modo reverte a seus membros ou mantenedores. Essas entidades desempenham um papel no contexto econômico, social e político contemporâneo.

Neste contexto, Hudson (2004 p. 11) afirma que:

“Terceiro Setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntários.”

Dentro das organizações que fazem parte do Terceiro Setor, estão as ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos.

Dessa forma, França (2015) conceitua o terceiro setor como:

“Terceiro Setor é privado, porém público. Com essa afirmação, podemos entender que este elemento da sociedade civil não é apenas público e nem é apenas privado, no sentido convencional desses termos, apesar de existir um forte elo entre ambos. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza “privada” pois são criadas por iniciativa particular, mas que se diferem das organizações do Segundo Setor por não visarem o lucro e são estritamente dedicadas a consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não sejam integrantes do governo (administração estatal).”

Partindo deste princípio, Paes (2010) afirma que:

“Terceiro Setor é o conjunto de organismos, organizações, ou instituições sem fins lucrativos, dotados de autonomia e administração próprias que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil, visando o seu aperfeiçoamento. As cinco principais características comuns, dessas organizações, segundo Salamon (1998) são: Oriundas da iniciativa privadas; Não possuem fins lucrativos; Institucionalizadas, ou seja, são legalmente constituídas; auto administradas, e; Possuem algum grau de participação voluntária.”

Neste sentido, o Terceiro Setor é formado por instituições de direito privado, sem fins lucrativos, e que buscam, dentro de suas finalidades, o alcance do bem-estar social. Essas entidades são constituídas de forma voluntária, pela união que pessoas que comungam de um mesmo interesse.

2.8 Associações de proteção veicular

É cada vez mais crescente o número de associações que ofertam o serviço de proteção veicular, as quais são formadas por um grupo de pessoas que resolvem dividir o risco de eventuais despesas e prejuízos entre si. A liberdade ao associativismo é direito fundamental de segunda geração, compreendido no grupo de direitos sociais, econômicos e culturais.

As associações privadas sem fins lucrativos podem ser conceituadas como uma organização resultante da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com personalidade jurídica para a realização de um objetivo comum, por exemplo, a repartição de riscos futuros.

De acordo com Tachizawa (2002, p. 16):

“Muitas empresas estão recorrendo ao associativismo. Esta nova forma de negociação entre as pequenas empresas e seus stakeholders (interessados), as capacita a desenvolverem melhorias para os seus mercados, responder às novas oportunidades, criar

novos mercados, compartilhar informações e atuar de forma conjunta, entre outras possibilidades.”

As associações de proteção veicular recorrem as características do associativismo, que juntam pessoas que possuem o mesmo interesse comum.

Conforme Canterle (2004):

“(o associativismo operacionaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais, onde o homem de forma colaborativa, possui mais autonomia na promoção do desenvolvimento local, reforçando a identidade do associativismo).”

A ideia de associar constitui-se uma exigência para melhorar a qualidade de vida da comunidade de um determinado local. O crescimento e o desenvolvimento econômico advêm da convivência e troca de experiência entre as pessoas. Contudo Paulo Amador (2019, p. 10) menciona que:

“As associações de proteção veicular foram criadas para atender a um grupo de consumidores que, aparentemente, não estariam sendo atendidos pelos serviços disponibilizados pelas seguradoras, em especial no tocante a inexistência de cobertura para automóveis com mais de 10 anos de uso, carros importados com mais de cinco anos de fabricação, caminhões, motocicletas de baixa cilindradas, carros que transitam em áreas de grande risco, entre outras limitações existentes para contratação de seguros e não exigidas para a contratação da chamada proteção veicular.”

2.9 Planejamento

A metodologia do planejamento pode ser e vem sendo implementada em empresas privadas de todos os portes, no setor público e em organizações sem fins lucrativos. Os envolvidos participam de toda a cadeia do planejamento, sendo ela a formulação, implementação e controle das ações desenvolvidas no planejamento estratégico. O uso do planejamento é essencial para a organização se manter em compasso com a conjuntura competitiva de hoje, inclusive no que diz respeito à administração pública.

Segundo Drucker (1962, p. 131):

“O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes”. Ele também comunga da ideia de que o planejamento não é um ato solitário, que se desprende de tudo em sua volta.”

Para Oliveira (2009, p. 6):

“O processo de planejamento é muito mais importante que seu resultado (Oliveira, 2009, p. 6). Ele é um procedimento formal que produz resultado articulado, na forma de um sistema integrado de decisões. É assim que Oliveira (2009, p. 27) diz que: “[deve-se] caracterizar o planejamento pela natureza de seu processo, não pelos resultados esperados”.

As entidades devem buscar no planejamento informações que sejam transformadas em ações e que proporcionem à organização condições de reduzir os níveis de incerteza. Planejar é o ato que agrega a reflexão e a ação, e as organizações podem utilizar o planejamento para coordenar suas atividades, procurando tomar decisões em conjunto e de maneira formal.

A ideia de envolver um grupo maior de pessoas para resolver os problemas e poder seguir um mesmo rumo dentro da organização foi exposta por Mintzberg (2003 p. 5), que utilizou a teoria do planejamento para revelar o processo administrativo da organização colocando os pensamentos de alguns líderes em um fórum que seria utilizado por um grupo da administração da organização. Isso demonstra a necessidade de discussão em parceria entre as pessoas que estão ligadas à administração e à parte operacional da organização.

2.10 Tomada de decisão

Uma organização frequentemente se encontra diante de problemas sérios, que demandam decisões importantes. Uma pessoa física, geralmente um líder, poderia analisar o problema e escolher a melhor alternativa de decisão de modo inteiramente informal. Em uma organização, os problemas são muito mais amplos e complexos, envolvendo riscos e incertezas. Necessitam da opinião e participação de muitas pessoas, em diversos níveis funcionais. O processo de decisão em uma empresa ou organização deve ser estruturado e resolvido de modo formal, detalhado, consistente e transparente.

Para Herbert Simon (1997, p.18), o processo de tomada de decisão em uma organização é complexo porque:

“uma decisão complexa é como um grande rio que traz de seus afluentes as premissas incontáveis que constituem ou formam um

processo de decisão (...) muitos indivíduos e unidades organizacionais contribuem em qualquer decisão importante e a questão da centralização ou descentralização é um problema de arranjar este sistema complexo em um esquema eficiente.”

Tipos de problemas na tomada de decisão de acordo com (SHIMIZU, 2001, p.29). “Sob o ponto de vista da tomada de decisão, os problemas podem ser classificados em três Categorias: problemas estruturados, semi-estruturados e não estruturados.”

Um problema é considerado estruturado ou bem definido se sua definição e fases de operação para chegar aos resultados desejados estão bem claras e sua execução repetida é sempre possível. Temos como exemplo de problemas bem estruturados: folha de pagamento, lançamento contábil e operação de processamento de dados em geral.

Os problemas semi-estruturados são problemas com operações bem conhecidas, mas que contém algum fator ou critério variável que pode influir no resultado, como acontece com o problema de previsão de vendas ou problema de compras.

Nos problemas não estruturados, tanto os cenários, como o critério de decisão, não estão fixados ou conhecidos a priori. Um exemplo de problema não estruturado mencionado por Shimizu (2001 p.10) é a operação de escolha da capa de uma revista semanal ou primeira página de um jornal de circulação diária, na qual diversas alternativas estão previstas, mas todas podem ser substituídas, na última hora, se algum fato importante ocorrer:

De acordo com Maximiano (2009, p.58) decisões são tomadas para precaver os problemas e para aproveitar as oportunidades.

“[...] O processo de tomar decisão começa com uma situação de frustração, interesse, desafio, curiosidade ou irritação. Há um objetivo a ser atingido e apresenta-se um obstáculo, ou acontece uma condição que se deve corrigir, ou está ocorrendo um fato que exige algum tipo de ação, ou apresenta-se uma oportunidade que pode ser aproveitada.

Certo (2005, p.123) defende que decisão é a escolha feita entre duas ou mais alternativas disponíveis e que “... tomada de decisão é o processo de escolha da melhor alternativa,” ou a que mais beneficiará a organização.

2.11 Títulos, certificados e qualificações

As entidades do terceiro setor podem usufruir de títulos, certificações e qualificações ao Poder público, desde que sejam cumpridos os requisitos previstos em lei, a fim de facilitar o acesso a recursos públicos e receber benefícios.

Conforme Modesto (1998) a obtenção desses benefícios requer um tratamento diferenciado e um regime jurídico específico:

“busca-se com a concessão de títulos jurídicos distinguir as entidades beneficiadas ao inseri-las em um regime jurídico específico; busca-se, também, padronizar o tratamento normativo dispensado a elas e estabelecer controles sobre determinados aspectos da atividade das entidades qualificadas. A titulação atribui, de fato, uma qualidade à pessoa jurídica que a recebe, o que permite diferenciá-la das demais pelo regime jurídico a que estará submetida.”(MODESTO, 1998, p. 57).

Para isso, Resende (2006) ressalta que estas organizações e instituições devem ser legalmente constituídas, como as associações, fundações e ONGS e além disso, é necessário preencher os requisitos legais para a aquisição do título de seu interesse.

Sendo esses requisitos previstos pelo Título de Utilidade Pública (UPF) regida pela Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e regulamentada pelo Decreto nº 50.517 de 02 de maio de 1961, onde ressalta no art.2º os requisitos necessários para a sua obtenção:

“Art. 2º O pedido de declaração de utilidade pública será dirigido ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, provados pelo requerente os seguintes requisitos: a) que se constituiu no país; b) que tem personalidade jurídica; c) que esteve em efetivo e contínuo funcionamento, nos três imediatamente anteriores, com a exata observância dos estatutos; d) que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, bonificados ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretextos; e) que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatórios circunstanciados dos três anos de exercício anteriores à formulação

do pedido, promove a educação ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente. f) que seus diretores possuem folha corrida e moralidade comprovada; g) Que se obriga a publicar, anualmente, a demonstração da receita e despesa realizadas no período anterior, desde que contemplada com subvenção por parte da União, neste mesmo período. Parágrafo único. A falta de qualquer dos documentos enumerados neste artigo importará no arquivamento do processo. (BRASIL, 1961).

Conforme o Art. 1º da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, ressalva que o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público será dirigido ao Ministério da Justiça com os requisitos previstos nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º e por meio de preenchimento escrito e apresentação de cópia autenticada dos documentos.

“Ao invés de sujeitar-se ao juízo de conveniência e oportunidade do titular da respectiva pasta, a qualificação de uma entidade como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é vinculada: observadas as exigências constantes dos arts. 1.º e 6.º da Lei 9.790/99 a entidade tem o direito público subjetivo de obter a qualificação. Se para tornar organização social a entidade deve gozar da simpatia governamental, para se tornar OSCIP basta atender requisitos objetivos, previamente fixados em lei” (MARTINS, 2015, p. 20)

A organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é uma qualificação regida pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, que estabelece os seguintes requisitos para a obtenção:

“Art. 2o Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3o desta Lei: I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; IX - as organizações sociais; X - as cooperativas; XI - as fundações públicas; XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; XIII - as organizações creditícias que tenham

quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o artigo 192 da Constituição Federal. (BRASIL, 1999).

No art. 3º a referida Lei informa que as entidades que optarem por requerer a qualificação, devem cumprir com objetivos sociais, conforme estabelecidas as finalidades:

“Art. 3o A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades: I - promoção da assistência social; II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; V - promoção da segurança alimentar e nutricional; VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII - promoção do voluntariado; VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo. (BRASIL, 1999).

Para renovar a qualificação e continuar usufruindo da concessão dos benefícios o Ministério da Justiça estabelece como obrigatoriedade a prestação de contas anual, com todas as atividades exercidas no ano anterior, conforme estabelecido na Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, estabelecendo os critérios no inciso VII do artigo 4º:

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo: a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade; b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão; c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento; d) a prestação de contas

de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. (BRASIL, 1999).

Além de cumprir os requisitos citados acima, a entidade deverá formular um requerimento escrito ao Ministério da Justiça e cópias autenticadas dos documentos, como por exemplo, estatuto registrado em cartório, ata de eleição da atual diretoria, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, declaração de isenção do imposto de renda e inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes. (BRASIL, 2015).

A Lei das OSCIP's regulamenta ainda em seu art. 4º, cláusulas específicas que devem constar em seus estatutos:

Art. 4o Atendido o disposto no art. 3o , exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre: I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência; II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório; III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta; V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica 32 qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social; VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação. (BRASIL, 1999).

3 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

3.1 Sobre a Empresa

A Clubcar é uma associação com foco em Gestão de Benefícios e oferece aos seus Beneficiários o Programa de Reposição de Perdas (PRP) contra colisão, roubo, furto e incêndio, com serviço de Assistência 24h em todo território nacional, gerando tranquilidade e segurança aos seus usuários.

A Associação possui estrutura física para atendimento, em 11 anos de mercado ela possui mais de 26 mil associados, com profissionais altamente qualificados e estrutura tecnológica para gerir todas as etapas do processo e garantir satisfação total.

a) Missão da empresa:

“Promover o associativismo com excelência no atendimento, agregando benefícios aos associados.”

b) Visão da empresa:

“Ser a maior associação de benefícios com atuação em quatro países da América Latina até 2022.”

c) Valores da empresa:

“Satisfação do associado, valorização e respeito às pessoas, responsabilidade social, atendimento com excelência, integridade e sustentabilidade.”

A empresa responsável pela gestão contábil da Clubcar é a Fonseca Serviços Contábeis LTDA, localizada na Rua dos Guajajaras, nº 910 – Bairro Centro, sendo uma referência no segmento contábil em Belo Horizonte, atuando a mais de 50 e com expertise no segmento do terceiro setor.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A constituição de uma Associação se inicia da união de pessoas que se comprometem em executar uma atividade social, através do edital de convocação da assembléia geral é realizada uma reunião chamada de assembleia geral, onde serão questionadas as diretrizes da entidade, sendo ela apresentada através do estatuto, para a análise das denominações da entidade, endereço, objetivos sociais, finalidades, atividades, direitos e deveres dos associados, estruturas sociais e dentre outras informações necessárias para o prosseguimento da constituição. Ainda nessa assembleia, é necessária a eleição da primeira diretoria, que será responsável por gerir a entidade, posteriormente a isso a ata e o estatuto deverão ser registrados em cartório e nos órgãos competentes, como prefeitura e receita federal para a obtenção do CNPJ.

Com a obtenção do cadastro nacional de pessoa jurídica e da ata e estatuto registrados, a contabilidade tem uma função primordial em orientar os diretores e presidentes da associação, afim de estabelecerem as normas a serem seguidas mediante análise técnica da ITG 2002 (R1) e instruir referente aos documentos que deverão ser encaminhados mensalmente para a contabilização dos mesmos, afim de que a entidade possa usufruir dos benefícios a ela concedidos e demonstrar aos associados a prestações de contas da entidade.

A norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros. Além disso, aplicam-se os Princípios de Contabilidade NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000– Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas), quando aplicável.

A Fonseca Serviços Contábeis disponibilizou o romaneio de documentos a serem enviados mensalmente para a contabilização, visando os requisitos necessários para a elaboração das demonstrações contábeis, como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do período, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas:

Imagem 1 – Romaneio - Entidades do terceiro Setor



31 3508.0700

Rua dos Guajajaras, 910 . 3º Andar . Centro
CEP: 30.180-106 . Belo Horizonte/MG

ROMANEIO MENSAL DE DOCUMENTOS ENVIADOS PARA CONTABILIZAÇÃO

NOTA: Para atender em tempo hábil, todos os procedimentos, informações legais e entrega das declarações aos órgãos competentes, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, salientamos a necessidade de nos enviar mensalmente a documentação COMPLETA para contabilização, sendo que, a falta ou o atraso no envio dificulta e compromete a veracidade das informações, acarretando problemas futuros de inteira responsabilidade da associação, inclusive com a fiscalização diante dos prazos reduzidos para a apuração dos impostos. Assim, solicitamos a gentileza de observar sempre o despacho dos documentos do mês de competência, até o 3º (terceiro) dia útil de cada mês, conforme disposição abaixo:

(B) = Associações/ Clubes/ Fundações/ Entidades Religiosas e Filantrópicas

B.01 - Notas fiscais de compras, vendas e serviços prestados e tomados em nome da associação;

B.02 - Extratos bancários, aplicações financeiras e cartões de créditos/débitos;

B.03 - Despesas mensais em geral (Cemig, Copasa, recibos locações, honorários contábeis, advocatícios);

B.04 - Relação de imobilizado com as respectivas notas fiscais;

B.05 - Borderô mensal de baixa de associado;

B.06 - Contratos de financiamentos, locações e alterações, se houver;

B.07 - Boletos pagos e posições mensais de contas a pagar e receber;

B.08 - Guias de recolhimentos de tributos;

B.09 - Dossiês de pagamentos de sinistros;

B.10 - Guias e comprovantes de pagamento do PIS sobre a folha e das retenções em notas fiscais;

B.11 - Recibos de compra e venda de veículos em nome da Associação de (proteção veicular ou clube de benefícios), nos casos de indenizações por furtos, roubos ou perda total;

B.12 - SPED's Fiscal e contribuições (somente quando a soma dos valores mensais das contribuições apuradas (PIS/ COFINS/ CPR) objeto da escrituração for superior a R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);

B.13 - Outros documentos e comprovantes de despesas e receitas pertinentes;

B.14 - Ponto dos funcionários devidamente fechado para folha e demais descontos enviados até o dia 24 de cada mês, com recibo de ponto para folha e demais descontos em data anterior ao fechamento;

B.15 - Relação de Vale Transporte.

De acordo com a pesquisa realizada com o contador Leonardo Caires, gerente consultivo da Contabilidade Fonseca, as informações necessárias para a elaboração das demonstrações contábeis e financeiras para a tomada de decisões são todos os documentos que retratam a vida financeira da entidade, desde que sejam classificadas com o CNPJ da mesma, tais como os descritos no romaneio acima.

O envio das notas fiscais de serviços gerados em nome da associação é necessário para as provisões dos pagamentos aos fornecedores e o cálculo das retenções tributárias incidentes; os extratos bancários evidenciam toda a movimentação de pagamentos e recebimentos, demonstrando por meio do fluxo de caixa projetado X realizado o resultado financeiro da organização; O imobilizado é uma das ferramentas que possibilita acompanharmos a destinação dos recursos captados dos associados; Um ponto a observar sobre os contratos de locações realizados entre pessoa jurídica e pessoa física. Muito comum ocorrer esse evento sem a devida retenção do imposto de renda, ocasionando inúmeros transtornos aos envolvidos; Por meio dos contratos de financiamentos podemos verificar o grau de endividamento e solvência da organização.

Por se tratar de associação, onde há somente o rateio das despesas, torna-se preocupante a evolução dessa conta; por se tratar de atividades do terceiro setor, não há do que se falar sobre tributação na saída, cabe ressaltar que o único tributo inerente além das retenções é o 1% do PIS sobre o valor bruto da folha de pagamento; Os sinistros totais são os maiores problemas das associações de proteção veicular. Entende-se por sinistro total quando ocorre um furto ou colisão onde a entidade deverá ratear os custos do evento aos associados. Todavia, o bem em sua maioria sucatas, passa a ser um ativo da associação e, em contrapartida, o associado deverá ser ressarcido do seu prejuízo. Porém, nesse segmento, quando a associação não é séria, o bem é comercializado diretamente com terceiros e o dinheiro não transita pela associação, gerando desconfiança e descrédito na condução dos negócios.

4.1 Cumprimentos das regulamentações previstas na interpretação técnica geral (ITG) 2002:

Estão ao alcance desta norma as entidades sem finalidade de lucros sob a natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical que exerce as atividades de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária. Esta Interpretação aplica-se também à entidade sindical, seja confederação, central, federação e sindicato; a qualquer associação de classe; às outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores (ITG 2002 R1)

As regras referidas por esta norma estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas. O objetivo da ITG 2002 foi estabelecer critérios e procedimentos específicos que permitissem avaliar e reconhecer transações e variações patrimoniais; avaliar e reconhecer variações de estruturação das demonstrações contábeis; obter informações relevantes por meio da divulgação de notas explicativas pela entidade sem fins lucrativos.

Para a divulgação das demonstrações contábeis, as mesmas devem ser complementadas por notas explicativas que contenham as informações abaixo:

(a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;

(b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;

(c) relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; (Alterada pela ITG 2002 (R1))

(d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;

(e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;

(f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;

(g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;

(h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;

(i) informações sobre os seguros contratados;

(j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;

(k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;

(l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;

(m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;

(n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

Na presente pesquisa, a Associação de Proteção Veicular Clubcar apresenta todos os requisitos e regras apontadas pela norma da ITG 2002, de acordo com a análise dos procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas divulgadas em suas notas explicativas.

4.2 Relação da gestão administrativa com as demonstrações contábeis financeiras

Para os gestores das associações as demonstrações contábeis e financeiras podem permitir avaliar as estratégias a serem adotadas, além de apresentarem aos associados às razões que evidenciam eventual superávit ou déficit de modo a nortear as estratégias a serem adotadas nos exercícios posteriores, bem como a as decisões prévias a serem tomadas pelos dirigentes das entidades.

O resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados como superávit e déficit. Deve-se ressaltar que mesmo não sendo o objetivo a obtenção do lucro, ele é essencial para a sobrevivência da entidade sem fins lucrativos, mas nesse caso, não é usado o termo “lucro”, e sim “superávit”. Esse “resultado financeiro positivo” da instituição deve ser reaplicado nas ações praticadas ou nos investimentos realizados por ela no próximo exercício, ou seja, não pode ser distribuído, como é o caso das empresas que têm fins lucrativos.

O lucro líquido é interpretado diferentemente, nos dois tipos de organização. Numa empresa do 2º setor que visa à obtenção do lucro, quanto maior o lucro, melhor o desempenho. Numa organização sem fins lucrativos, o resultado líquido deve situar-se somente em torno de um pequeno valor acima de zero. Um grande resultado líquido pode significar que a organização não está prestando os serviços

que aqueles que contribuíram com os recursos têm o direito de esperar; uma série de prejuízos leva à falência, justamente como em qualquer empresa. Embora o desempenho financeiro não seja o objetivo principal de uma organização sem fins lucrativos, é um objetivo necessário, porque a organização não pode sobreviver se suas receitas, em média, são menores que as suas despesas.

4.3 Imunidades e isenções tributárias do terceiro setor

O direito a isenção e a imunidade estão condicionadas ao cumprimento de algumas regras para que as entidades deixem de arcar com o pagamento dos tributos, essa garantia somente é efetivada se a entidade contabilizar de forma correta a sua atividade, a fim de transparecer as demonstrações contábeis de forma fidedigna para a sociedade, sendo a contabilidade o meio de transparência dessas informações.

A Constituição Federal estabelece imunidades a fim de incentivar entidades privadas, tais como, associações e fundações sem fins lucrativos, que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social, pois são atividades sociais ligadas ao bem comum. A imunidade é concedida pela constituição federal, enquanto a isenção é concedida pelas leis ordinárias, devendo ser aplicada, uma ou outra, conforme o caso concreto.

Se tratando das associações, por serem entidades sem fins lucrativos, as mesmas não pagam imposto. Sendo somente recolhido o 1% de PIS de sobre a folha de pagamento. Em relação ao COFINS, a , medida provisória nº 2.158, de 24.08.2001, estabeleceu em seu art. 14, inc. X que, a partir de 01 de fevereiro de 1999, não incidirá este tributo sobre as atividades próprias das associações e fundações que não visam lucro.

Para a entidade ter direito a isenção, as mesmas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo pesquisar sobre a história do terceiro setor no Brasil com foco principal nas associações de proteção veicular, analisar as suas particularidades e evidenciar a importância de uma boa gestão contábil para as entidades e organizações mencionadas. Para proporcionar atitudes precavidas e decisões corretas para não se surpreenderem com situações indesejáveis. Durante a análise do cenário atual da empresa Clubcar foi observado que a mesma está sendo bem assessorada pela Contabilidade atual, com o auxílio de contadores consultores que orientam a entidade referente ao envio das documentações pertinentes para a elaboração dos Demonstrativos Contábeis e para o cumprimento da Interpretação Transitória Geral ITG 2002 (R1). Devido a esse assessoramento, a empresa pesquisada atende todos os requisitos da ITG 2002.

Os objetivos específicos propostos nessa pesquisa foram atendidos, assim como a problemática foi resolvida mediante a pesquisa realizada, relatando assim a importância da contabilidade na gestão aplicada às demonstrações contábeis e gerenciais das associações.

Podemos perceber que o mercado de Associação de Proteção Veicular é um mercado que cresceu nos últimos anos e que abriu muitas oportunidades de empregos regionais, além de dar oportunidades aos membros privilegiados financeiramente à oportunidade de terem o seu veículo protegido.

Como sugestão para estudos futuros, devido ao aumento das entidades e organizações que geram empregos e atuam em prol da sociedade, é importante a continuidade da pesquisa, com outras organizações do terceiro setor, como instituições, fundações e ONGs, a fim de estabelecer a comparabilidade entre as ações das instituições e a verificação do cumprimento das Normas Legais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº **50.517 de 02 de maio de 1961**. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d50517.htm> 18 novembro 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm> Acesso em: 22 novembro de 2020.
- BHBIT, Acesso em: 20 de novembro 2020, **O terceiro setor, Significado e sua história no Brasil**. <<https://www.bhbit.com.br/terceiro-setor/o-que-e-terceiro-setor-significado/>>
- CARAVANTES, Geraldo; PANNO, Cláudia; KLOECKNER, Mônica. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson, 2005. 572 p.
- CERTO, Samuel C. Tomada de decisões. In: _____. **Administração moderna**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2005. cap. 7, p. 123-145.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2002**. Disponível em: <<https://www.lei13019.com.br/legislacao/arquivo/82.pdf>> Disponível em: Acesso em: 22 novembro de 2020.
- HORVÁTH, P. (2006). *Controlling* (10th ed.). München: Verlag Vahlen.
- HORVÁTH P., Gaydoul P., & Hagen W.J. (1978). **Bestandsaufnahme zur controllingpraxis in Deutschen unternehmen**. Frankfurt: DB.
- HUDSON, Mike. Administrando Organizações do Terceiro Setor: **o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Casos Práticos, 2014.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. Ed. Compacta. São
MINTZBERG, H.. **Criando organizações eficientes**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MODESTO, Paulo Eduardo Garrido. **Reforma do marco legal do Terceiro Setor no Brasil**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 214: 55-68, out./dez. 1998.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Luís Martins de; et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e terceiro setor**. 3. ed. São Paulo: Método, 2015.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributaria**. 3ª ED. São Paulo: Saraiva, 2009.

PAES, José Eduardo Sabo; SANTANA, Hadassah Laís de Sousa. **O terceiro setor como elemento estratégico da sociedade civil em um Estado social pós-moderno**. Paulo: Atlas, 2009. 294p.

MELCHOR, Paulo. **O que é associação sem fins lucrativos? Como é tributada?** <<https://www2.unifap.br/mariomendonca/files/2011/05/ASSOCIA%C3%87%C3%83O-SEM-FINS-LUCRATIVOS-INF.pdf> > Acesso em 22 de novembro 2020.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor: **uma revolução associativa global**. Revista de Administração, São Paulo, v. 33, n.1, p.5-11, janeiro/março, 1998.